

A doutrina econômica de Santo Tomás de Aquino A Doutrina Econômica de Santo Tomas de Aquino



Para Santo Tomás de Aquino todo problema econômico parte de princípios morais fundados no direito natural. Lei natural e natureza humana são inseparáveis por serem ambas criadas por Deus e a economia, enquanto permite adquirir bens, deve contribuir para a finalidade última das coisas. A economia está regida pela lei natural, que é a lei de Deus aplicada ao mundo. Com os escolásticos o problema central da economia é a igualdade nas relações comerciais, dentro de um aspecto jurídico e moral. A economia deve proporcionar um bem estar material para um fim último que é a salvação.



Tomás fundamenta sua economia na tradição do direito natural e na teologia, e classifica os bens em consumíveis e não consumíveis. Os bens não consumíveis podem gerar lucro, pois, seu uso é para gerar rendimento. No caso dos bens de consumo, seu uso é o próprio consumo, então, vender a coisa e seu uso seria vender duas vezes. Thomas levanta a controvérsia sobre o preço justo e observa que o preço justo é o valor de um bem. Se desviar-se consideravelmente a partir deste, o vendedor ou o comprador, dependendo do caso, que seja restaurado. O valor não é exato, mas, uma estimativa, variando em lugar e tempo. Utiliza o argumento da reciprocidade

mencionado no Evangelho: "tudo o que você quer fazer para você, faça também a eles" (Mt 7, 12); e o princípio da igualdade entre as partes, típicas de justiça comutativa, uma vez que as trocas são mutuamente benéficas, não pode ser mais onerosa para uma das partes em detrimento do outro.

O comerciante medieval sabia que os seus lucros poderiam pôr em perigo a sua alma. Havia entre os doutores a ideia de que o lucro no comércio era como pagamento de seu trabalho, transporte, armazenamento e riscos. Quando um comerciante busca um lucro honesto e necessário, esse lucro não é moralmente vicioso ou virtuoso, mas, legítimo.

Aristóteles, contrário a Platão, era favorável à propriedade privada e deu argumentos fortes contra a propriedade comum, tais como diminuição da produtividade e discórdias da propriedade da comunidade.

São Tomás faz a distinção entre a gestão já que cada um é mais cuidadoso na gestão que lhe é próprio exclusivamente do que é deles em comum. Se cada um administra sua própria coisa, a confusão de coisas comuns é evitada, e também é preservado melhor estado de paz entre os homens. Em relação ao uso e gozo da propriedade Aquino ensina não tê-los para a si mesmos, mas, como se fossem comum com a participação de outros, quando necessário. O homem não é considerado como o único possuidor de algo. A regulação deve ser por meio de atos de caridade, liberalidade e magnificência.



A existência da propriedade privada tinha sido questionada pelos primeiros pensadores da Igreja: Santo Ambrósio, São Basílio, São João Crisóstomo e Santo Agostinho em menor grau, quase mil anos antes de

Thomas de Aquino. Para São Tomás de Aquino, a atividade privada não está em avaliar as riquezas de que Deus valoriza. Neste sentido, propôs que, do ponto de vista moral, os cristãos não devem se preocupar com a existência ou inexistência de bens imóveis próprios, mas como usá-los. A permissão da propriedade privada permitiu os cristãos a se envolverem em comércio que no século XIII estava se tornando uma atividade cada vez mais importante.

Tomás de Aquino não defendida a propriedade privada apenas com argumentos bíblicos: os bens particulares são mais bem geridos do que os bens comuns. Aristóteles tinha dito que as propriedades privadas são mais produtivas, porque as pessoas se preocupam mais com elas e o aqunate retoma essa ideia.

Uma das questões econômicas que mais interessavam aos escolásticos, do ponto de vista moral, era determinar o preço justo. Alguns autores anteriores haviam argumentado que o preço justo deveria ser determinado pelo custo de produção. Aquino afirmou que o preço justo é determinado pela utilidade e por uma "*estimativa comum*", ou seja, o preço de mercado. A Igreja Católica tinha uma posição oficial que remonta ao Antigo Testamento, condenando o empréstimo com juros. Tomás de Aquino aprovou esta tradição, à qual acrescentou posição de Aristóteles onde não se pode ganhar dinheiro com dinheiro.

Tomás acreditava que o pagamento de juros era para pagar um preço para a passagem do tempo e, como o tempo é um bem possuído por todos, você não pode cobrar por ele. A usura havia sido condenada no Concílio de Latrão, em 1179, com excomunhão a quem a praticasse. Tal é a importância da abordagem de Interesse Tomás de Aquino e sua influência foi tão grande que a Igreja Católica reafirmou a proibição da prática de empréstimo com juros até o início do século XIX. Isso explica, entre outras coisas, que durante muitos séculos, os cristãos não têm sido dedicados a serviços bancários e ter atualizado os judeus.